

ACM ataca STF e Câmara

Supremo não coibiria certas irregularidades e deputados atrasam votação de projeto

ENTREVISTA

Antonio Carlos Magalhães

BRASÍLIA. Em nome dos princípios do filho falecido Luís Eduardo, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, está disposto a abrir fogo contra os que tentarem bombardear a propos-

ta de CPI do Judiciário. Embora garantindo que sentenças não serão questionadas, como teme o ministro Sepúlveda Pertence, do STF, Antônio Carlos ataca o tribunal por não resolver certos problemas: "Um ministro do Supremo pediu vista de um processo. Teria de ser devol-

vido na sessão seguinte, mas demorou três anos para fazê-lo". Ele aponta ainda como problema os escritórios de advocacia comandados por filhos de ministros. Não poupou o presidente da Câmara, Michel Temer, que defende a reforma do Judiciário em vez da CPI.

Sérgio Marques/25-03-99

Maria Lima

O GLOBO: O PMDB ameaça a instalação da CPI do Judiciário se o PFL e o PSDB não apoiarem a CPI dos bancos e a das empreiteiras. O senhor vai apoiar essas duas CPIs?

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES: Amanhã de manhã vou me reunir com o líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho, para conversarmos sobre esse assunto. Vamos discutir e ver se encontramos pontos em comum sobre a possibilidade de realização ou não dessas outras duas CPIs.

• O senhor acha que o PMDB está realmente motivado a fazer a CPI dos bancos ou é um jogo para aumentar o poder de barganha?

ANTÔNIO CARLOS: Só falo sobre isso depois que conversar com o Jáder.

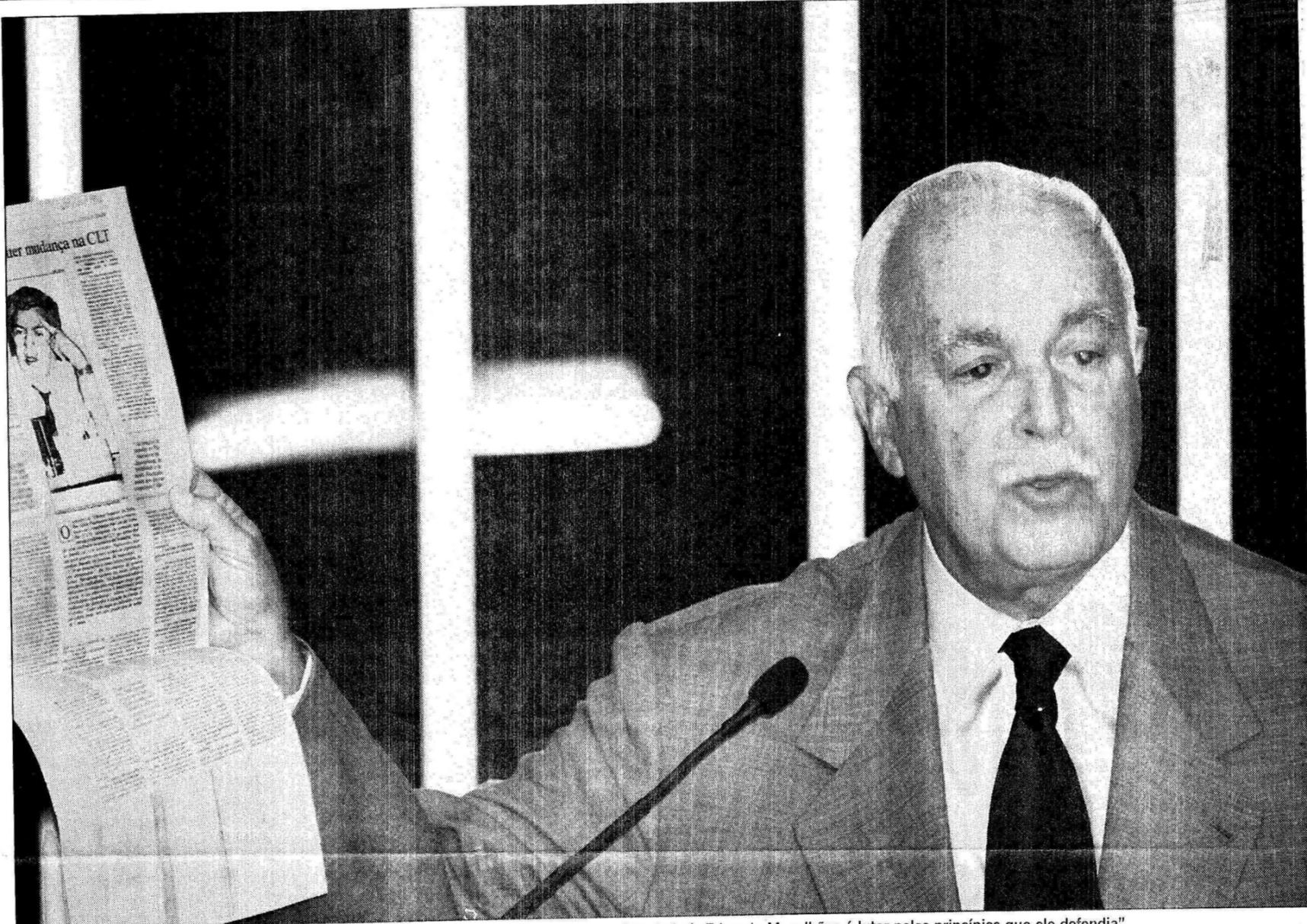
• A reação de setores organizados da magistratura foi maior do que o senhor imaginava ao propor a CPI?

ANTÔNIO CARLOS: O povo está aceitando e apoiando integralmente a proposta de investigar e corrigir as mazelas do Judiciário. Estou até evitando sair às ruas, porque por onde passo sou aplaudido pela minha atitude em relação ao Judiciário. Como não quero causar inveja a ninguém, tenho até saído às escondidas. Essa era uma bandeira antiga, que todos deveriam empunhar. Como demoraram muito a fazê-lo, fiz. Mas posso passá-la a qualquer um. Meu único interesse é melhorar o Judiciário.

• O ministro Sepúlveda Pertence disse estar assustado com a possibilidade de a CPI que o senhor pretende instalar colocar o Judiciário sob suspeita...

ANTÔNIO CARLOS: O ministro Sepúlveda não tem motivo nenhum para ter sustos. A CPI vai funcionar com absoluta coragem e com absoluto bom senso. Não faremos nada que possa prejudicar o Judiciário. Vamos ajudar a fazer dignos os ministros e juizes que querem Justiça rápida e sem nepotismo no Brasil. Ele deve procurar ver os escândalos que ocorrem na Justiça e que talvez o próprio Supremo pudesse coibir. Não vi, por exemplo, o ministro Pertence atacando os escritórios de advocacia que são comandados por parentes ou filhos de ministros do Supremo. (Evandro Pertence, filho do ministro, é advogado e trabalha num escritório de advocacia). E tenho certeza de que ele é contra. Ele também não falou de um ministro do Supremo que pediu vista de um processo, que regimentalmente teria de ser devolvido na sessão seguinte, e demorou três anos para fazê-lo...

• O maior receio do ex-presidente do Supremo é que a CPI não se restrinja às denúncias de corrupção e nepotismo, mas que questione as sentenças.



SENADOR ANTÔNIO Carlos Magalhães: "A maneira que tenho para homenagear a memória de Luís Eduardo Magalhães é lutar pelos princípios que ele defendia"

ANTÔNIO CARLOS: Os que temem que isso ocorra podem ficar descansados. Ninguém vai questionar o poder judicante do Judiciário. O que vamos fazer é mostrar os erros que existem em algumas sentenças, para que eles não sejam repetidos. E também para não dar trabalho aos ministros do Supremo. É por isso que prego a rápida aprovação do projeto que institui o efeito vinculante nas sentenças (ele impede a Justiça de primeira instância de tomar decisão contrária à do Supremo Tribunal Federal). Esse projeto, aliás, está lá pela Câmara, mas não está andando como devia.

• O senhor acha que os deputados engavetaram o projeto, que lhe deveriam dar uma tramitação mais rápida?

ANTÔNIO CARLOS: A Câmara tem que correr, tem que agilizar a tramitação do projeto e cumprir o seu dever. Estão arrombando porta aberta.

• O senhor diz isso porque o presidente Michel Temer tem criticado a CPI e diz que só a reforma do Judiciário pode realmente resolver todos os problemas pelo senhor listados?

ANTÔNIO CARLOS: Eu respeito o ponto de vista do presidente Michel Temer. Mas digo que a minha posição, ao defender a CPI, é melhor que a dele ao criticá-la. Isso porque eu não sou advogado. E ele é.

• O senhor está dizendo que ele está legislando em causa própria?

ANTÔNIO CARLOS: Isso não vou dizer.

• Tanto o ministro Sepúlveda Pertence quanto parlamentares do seu próprio partido alertam para o risco de uma crise institucional entre os poderes, caso o Judiciário seja investigado pelo Legislativo.

ANTÔNIO CARLOS: Isso tudo é conversa de quem não quer nenhuma modifi-

cação no Judiciário. É desculpa de quem quer deixar tudo como está. O próprio ministro Pertence reconhece que a CPI é constitucional. Como também já se manifestou o presidente do STF, ministro Celso de Mello, que tem tido uma conduta irrepreensível em favor do Judiciário e a moralidade de todos os poderes. Esse é o exemplo a seguir, não a contestar.

• O senador Roberto Freire (PPS) chegou a acusá-lo de golpista ao propor que o Congresso investigue o Judiciário.

ANTÔNIO CARLOS: O senador deveria ter me aparteado durante o meu discurso no plenário. Eu estava preparado para respondê-lo, de forma elegante e concreta. Mas ele preferiu falar sozinho, sempre com os métodos que não são os melhores. Ele não me pediu aparte com medo das minhas respostas.

• O nepotismo não é negado pelo ministro Sepúlveda, mas ele alega que o Judiciário federal já possui uma regra para coibir novas contratações, o que não existe, por exemplo, na Câmara ou no Senado.

ANTÔNIO CARLOS: A conduta do Supremo em relação a nepotismo é impecável, o que não acontece nos demais tribunais. Na Câmara e no Senado pelo menos os mandatos são renovados. O povo elege seus representantes e pode castigá-los de quatro em quatro anos, ou de oito em oito. O mesmo não acontece no Judiciário, onde os mandatos são eternos, onde os ministros são irremovíveis.

• Qual é a motivação do senhor ao comprar essa briga com o Judiciário?

ANTÔNIO CARLOS: A maneira que tenho para homenagear a memória de Luís Eduardo Magalhães é lutar pelos princípios que ele tanto defendia.